


EXMO. SR. D.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DR. PATRIK ALVES
MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA	
DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
Protocolo nº..	167
Horário:	10:54
Contenda/PR	22.05.2020
	
PROTOCOLISTA	

URBTEC™, Planejamento, Engenharia e Consultoria (URBTEC™), pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **02.689.532/0001-03** com sede na Av. João Gualberto, 1721, , na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, vem, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência apresentar, com fundamento no item 18 do Edital e art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/1993, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Relativo ao Julgamento da Documentação de Habilitação em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir articulados.

I. RESSALVA PRÉVIA

1. Inicialmente, a Recorrente reafirma o respeito que dedica a esta Digna Comissão de Licitação e a todos os profissionais da Comissão de análise técnica.

2. Esclarece que a presente manifestação tem estrita vinculação à interpretação objetiva dos termos do instrumento convocatório e da lei. Destina-se apenas à preservação do direito da Recorrente e da legalidade do certame.

3. As eventuais discordâncias deduzidas no presente recurso fundamentam-se no entendimento sobre a interpretação das normas legais e editalícias, eventualmente diversos do que foi aplicado no caso concreto.

II. DA TEMPESTIVIDADE

4. Conforme o previsto no art. 109, I, alínea "b" da Lei de Licitações, o prazo para interposição de Recursos é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de lavratura da ata ou da intimação do ato.

5. A **RECORRENTE** tomou conhecimento do resultado final do Julgamento dos Documentos de Habilitação do certame, durante a sessão de abertura realizada no dia 18/05/2020, cuja ata foi publicada em 19/05/2020.



6. Portanto é tempestivo, o presente Recurso o qual deve ser aceito e processado e analisado por esta V. Comissão de Licitação.

III. DO EFEITO SUSPENSIVO

7. Cabe trazer a sua colação o que expressamente estabelece o parágrafo segundo do art. 94 da Lei de Estadual nº15.608/2007:

(...) § 2º. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, fundada em razões de interesse público devidamente motivadas, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos." (Grifos nossos)

8. Diante do exposto, serve o presente para **requerer** que estas MD Autoridades Administrativas suspendam o processamento do certame até o julgamento do presente Recurso.

IV. DOS FATOS

9. O objeto da Concorrência Pública nº02/2020 conforme estabelecido no Edital é a **"REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTENDA"**

10. Por prestar serviço compatível com o objeto da licitação, a **RECORRENTE** acudiu ao chamamento público e resolveu participar da Concorrência Pública.

11. Conforme estabeleceu o Edital foi realizado o recebimento das propostas e a abertura da Documentação de Licitação em 18 de maio de 2020.

12. Nesta ocasião os representantes das empresas presentes, rubricaram as propostas envelopes.

13. Os documentos de Habilitação foram submetidos a esta Comissão de Licitação que proferiu o julgamento pela habilitação, além da ora petionária URBTEC TM, das empresas VINICIUS RIBEIRO – ARQUITETURA PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA LTDA, MAPTRIZ TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES, e ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA; e pela inabilitação das empresas TESE ARQUITETURA A E CULTURA LTDA e ALTO URUGUAY ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES.

14. Ocorre que quando da análise da documentação de Qualificação Econômico e Financeira para fins de Habilitação, a Ilma. Comissão Técnica cometeu equívocos relacionados ao Balanço Patrimonial apresentado pela empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, (ECOTENICA)

cujos documentos deveriam ter sido sumariamente desconsiderados para fins de habilitação, posto que incompletos, o que desde logo deve ser corrigido face o exercício da autotutela.

15. É o que se passará a demonstrar conforme as razões de recurso a seguir.

IV. DAS RAZÕES DE RECURSO - DO MÉRITO

IV.I DO BALANÇO INCOMPLETO APRESENTADO PELA ECOTECNICA

16. Cabe trazer a colação desta MD Comissão o que estabelece o Edital no que concerne as demonstrações contábeis para fins de Qualificação Técnica e Habilitação:

10.2.4.2 Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos **termos de abertura e de encerramento do Livro Diário**, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade."

17. Segundo o art. 31, inciso I da Lei de Licitação, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado "**na forma da lei**":

"I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis **e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

18. A expressão "**na forma da Lei**" tem por base, o disposto no Art. 31, inciso I, da Lei Geral de Licitações 8.666/93, significa que o balanço deve observar o cumprimento de todas as formalidades que **TODA a legislação aplicável exige**.

19. O Balanço apresentado pela **ECOTECNICA** veio desacompanhado do SPED e dos Termos de Abertura e Encerramento emitidos pela escrituração fiscal digital. Portanto incompleto, ensejando a inabilitação da referida empresa.



20. O Sistema Público de Escrituração Digital – Sped foi instituído pelo Decreto nº 6.022/2007. Nos termos do art. 2º do Decreto citado, o Sped **“é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações”**.

21. O Sped-Contábil, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, substitui a escrituração em papel pela escrituração contábil digital **(ECD) dos seguintes livros:**

“A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I – livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II – livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III – livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.”

22. Para tanto, o Sped-Contábil deverá apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008:

“Art. 10. Os Termos de Abertura e de Encerramento serão datados e assinados pelo empresário, administrador de sociedade empresária ou procurador e por contabilista legalmente habilitado, com indicação do número de sua inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e dos nomes completos dos signatários e das respectivas funções (art. 7º, Decreto nº 64.567/69), consoante o parágrafo primeiro deste artigo.

[...]

§ 5º Em se tratando de livro digital, esse deve ser assinado por contabilista legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária, conforme LECD, com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), antes de ser submetido à autenticação pelas Juntas Comerciais;” (grifamos)

23. Diante do exposto, tem-se que a regulamentação do Sped-Contábil prevê uma forma específica para registro dos livros digitais, a qual deverá ser levada em consideração pela Administração Pública quando da análise dos documentos contábeis das licitantes. A ECOTECNICA não apresentou os livros digitais.

24. Isso não quer dizer que pelo fato de o registro dos livros contábeis ser efetivado, nesses casos, em âmbito digital, a Administração Pública pode dispensar os licitantes de apresentar a comprovação de registro. Até porque os

documentos encaminhados digitalmente podem, perfeitamente, ser impressos e encaminhados no envelope de documentos de habilitação.

25. Aliás, constam no termo de autenticação dos livros contábeis os seguintes dados:

- 1) O número do termo de autenticação;
- 2) A identificação da empresa ou sociedade;
- 3) A identificação do livro digital autenticado;
- 4) A identificação dos signatários da escrituração, composta pelo nome, qualificação, número do CPF, número de série do certificado e validade.

26. Assim, os licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva, **devidamente acompanhado da impressão dos livros entregues digitalmente.**

27. O Balanço da ECOTECNICA veio desacompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, diante disso, é fundamental reconhecer que as regras do Edital devem ser cumpridas pela Administração em sua totalidade, pois são as normas norteadoras do instrumento convocatório e que fazem lei entre as partes.

28. Nesse sentido, dispõe o artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/1993: **"art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada".**

29. Em comentário a previsão do referido artigo 41, o doutrinador Marçal Justen Filho destaca:

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 543) (grifado).

30. Nesse sentido, a inabilitação da ECOTECNICA, é medida que se impõe em virtude da não apresentação de documento exigido no instrumento convocatório, em cumprimento às regras editalícias e em respeito aos princípios que as norteiam.

31. Em situação semelhante, é o entendimento dos Tribunais:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. CORRETA INABILITAÇÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. O presente feito cinge-se sobre legalidade da inabilitação da Apelante no processo licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 05/2012, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro-CREA/RJ, devido a **não apresentação dos Termos de Abertura e de Encerramento de Balanço Patrimonial** da empresa, registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro, conforme prescrevia o edital do certame. 2. De fato, não houve qualquer irregularidade na inabilitação promovida pelo CREA/RJ, eis que a Requerente reconhece, em sua peça recursal, que não apresentou os Termos de Abertura e Fechamento do balanço patrimonial requeridos pelo edital. Ademais, incabível a alegação de que a supracitada exigência é ilegal e desarrazoada, pois encontra respaldo na Resolução nº 1.330/11, do Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre o assunto. 3. Por fim, vale ressaltar que a Apelante não impugnou o instrumento convocatório, em momento oportuno, conforme estabelece o artigo 41, da Lei nº 8.666/93, aceitando as regras ali impostas, não cabendo a contestação das normas editalícias após o início da licitação, sob pena de ofensa ao Princípio da Vinculação ao Edital, que deve ser respeitado por todos os participantes, por ser lei entre as partes. 4. Apelação desprovida. (TRF - 2 - AC: 201251010436947, Relator: Desembargadora Federal Maria Amelia Senos de Carvalho, Data de Julgamento: 20/08/2014, Oitava Turma Especializada, Data de Publicação: 29/08/2014) (grifado).

32. E, no mesmo sentido:

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇO - APRESENTAÇÃO DO TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO - EXIGÊNCIA EXPRESSAMENTE CONTIDA NO EDITAL - DESCUMPRIMENTO - EMPRESA CONSIDERADA INABILITADA - LIMINAR DENEGADA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. É certo que nas licitações deve-se evitar rigorismos inúteis e formalidades ou documentos desnecessários à qualificação dos interessados. Nesta toada, a exibição do termo de abertura e encerramento do livro diário não representa mero formalismo da comissão licitante, pois configura ele documento hábil a conferir autenticidade ao balanço patrimonial apresentado pelo interessado. Ademais, tratando-se de exigência expressamente contida no instrumento convocatório, vige o princípio da vinculação ao edital, devendo o licitante observá-lo para que possa ser regularmente

habilitado. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2009.010556-5, de Itapoá, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 19/01/2010) (grifado).

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR - LICITAÇÃO - MODALIDADE CONCORRÊNCIA - INABILITAÇÃO - NÃO ATENDIMENTO DE ITEM DO EDITAL (TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL) - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - EXIGÊNCIA PREVISTA INCLUSIVE NA LEI 8.666/93. ALEGAÇÃO DE RIGORISMO EXCESSIVO. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Edital da licitação foi expresso ao exigir o balanço patrimonial com seus termos de abertura e fechamento quando do momento da abertura do envelope relativo à documentação de habilitação, o que não foi observado pela empresa apelante, o que viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) exige referidos documentos no seu art. 31, inciso I. A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante, não se tratando de rigorismo excessivo. (TJPR, AC: 3492326 PR 0349232- 6, Relator: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 31/10/2006, 5ª Câmara Cível) (grifado).

33. Dessa forma, habilitar a **ECOTECNICA** sem apresentar documento em consonância com o que prevê o Edital, estar-se-ia admitindo tratamento não isonômico aos licitantes, posto que todas as demais devem apresentar seus documentos em acordo com o exigido.

34. Não há de se questionar o cumprimento das regras estabelecidas no edital, pois este é o dever supremo da Administração Pública, nem tão pouco, invocar a possibilidade de correção de falhas através da realização de diligência, amparando-se no disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, visto que cabe a cada licitante cumprir as exigências editalícias e submeter-se aos efeitos de eventual descumprimento. Qualquer solução distinta opõe-se ao princípio da isonomia.

35. Diante do exposto, tendo em vista a análise dos documentos anexados aos autos em estrita observância aos termos da Lei nº 8.666/93 e visando os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, deve ser revisada a decisão desta MD Comissão e ser determinada a INABILITAÇÃO da ECOTECNICA pelo descumprimento dos requisitos de qualificação econômico financeira constantes no Edital.

VII. DO PEDIDO

36. Diante do todo exposto requer-se a V. Exma. que se digne conhecer o presente recurso e, no mérito, dar-lhe provimento,

para determinar a INABILITAÇÃO da empresa ECOTECNICA por ser medida da mais lúdima JUSTIÇA.

37. Não reformada a decisão em juízo de reconsideração-retratação, requer seja este remetido para a Autoridade Superior para que o recurso seja recebido e ao final provido.

38. A **Recorrente** renuncia e informa que a manutenção da habilitação e classificação da **ECOTENCICA** poderá conduzir a uma contratação destoante dos princípios licitatórios mais fundamentais (ampla competitividade, vantajosidade e economicidade).

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.



LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI
OAB/PR 25.852
Representante Legal